
MARTINE, G. & CASTRO, C.M., org. **Biotecnologia e sociedade; o caso brasileiro**. Campinas, ALMED, 1985. 189p.

O presente livro é uma coletânea de artigos, publicado a partir do Seminário Internacional sobre Aspectos Sociais e Legais da Biotecnologia, realizado em Brasília, em 1984.

São diversos autores, dezesseis ao todo, de importantes instituições nacionais e internacionais, que nos oferecem um rico material de pesquisa e, principalmente, questões de reflexão, necessárias a um desenvolvimento desejável da biotecnologia no País.

Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 3(3):463-471, set./dez. 1986

Os organizadores do livro, George Martins e Cláudio de M. Castro, tiveram o cuidado na escolha dos textos para, com eles, abranger, de uma forma completa, a atual situação da biotecnologia no Brasil e seus principais condicionantes.

Se por um lado os estudos apontam possibilidades de melhoria na qualidade de vida da população, através de plantas mais adaptadas aos solos, da incorporação e aproveitamento de terras normalmente desfavoráveis à agricultura, especialmente por populações que vivem nos níveis de subsistência, por outro lado, também são colocadas questões a respeito das reais vantagens obtidas com o advento da biotecnologia, pelos países em desenvolvimento.

Isto porque, com a moderna biotecnologia, as diferenças existentes entre a agricultura de países desenvolvidos e a de países em desenvolvimento podem ser acen-tuadas graças, entre outros fatores, à privatização das técnicas biológicas (p.20), falta de definições claras sobre as “prioridades conferidas a esta tecnologia – biotecnologia – e aos tipos de produtores e estratégias industriais desejáveis para este ramo tecnológico” (p.151). Cabe ao Estado, um dos principais atores dentro do cenário de introdução da biotecnologia aplicada à agricultura no País, o papel de determina-dor dessas prioridades, direcionando o desenvolvimento das inovações técnicas, a fim de que estas não sejam totalmente dominadas pelo capital estrangeiro.

São também com esses problemas (p.36) que os autores estão preocupados, chamando a atenção para as políticas de apoio, como incentivos à P&D e a mecanis-mos reguladores.

A agricultura – como um dos setores que mais impactos pode sofrer com a nova biotecnologia – também é tema de mais alguns textos dentro desta coletânea, sendo que dois deles (p.66; p.92) voltam seus trabalhos para “o ponto de partida da nova cadeia tecnológica para a agricultura”, ou seja, as sementes. Tanto as técnicas biotecnológicas para plantio e para a melhoria de safra – um dos objetivos das novas técnicas –, como a penetração de novas empresas, principalmente multinacionais, nesse mercado potencial, são analisadas por esses autores de forma competente e realista, quanto à visão do atual quadro da agricultura no Brasil.

No texto que trata sobre as fontes de desenvolvimento científico e tecnológico nos últimos anos, a estrutura dos investimentos e gastos em P&D, tanto privados como públicos, a importância da demanda do setor público e a relação biotecnologia/microeletrônica (p.119), os autores deixam claro a necessidade de que o Estado deve investir em biotecnologia, suprimindo a incapacidade das empresas em arcarem com os altos custos de projetos de risco e de longa maturação.